

ADAPTAÇÃO CURRICULAR NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Ada Marinho dos Santos¹
Nátaly Marinho dos Santos Alves²

RESUMO: Sabe-se que existem muitos obstáculos para que a inclusão escolar ocorra da melhor maneira possível, como as barreiras culturais, arquitetônicas, atitudinais entre outras, mas que devem ser solucionadas em prol de um bem maior que é o ensino aprendizagem de todas as crianças, em especial, as que possuem necessidades educativas especiais (NEE), de modo que olhem para as diversidades nas salas de aula como algo transformador e não como dificuldades, de modo que todos esses entraves sejam solucionados e não menosprezados. O objetivo principal desse estudo consiste em analisar a adaptação curricular na aprendizagem das crianças com deficiência física. O tipo de pesquisa realizado neste trabalho foi uma Revisão de Literatura, no qual foi realizada consulta a livros, dissertações e em artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados SCIELO, Google Acadêmico e etc. O período dos artigos pesquisados foram os trabalhos publicados nos últimos 15 anos. Portanto, as propostas de adaptações curriculares apresentadas pelo MEC, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial contemplam a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências, se baseando na referência da elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar.

6479

Palavras-chave: Deficiência Física. Currículo. Aprendizagem.

ABSTRACT: It is known that there are many obstacles for school inclusion to occur in the best possible way, such as cultural, architectural, attitudinal barriers, among others, but that must be solved in favor of a greater good that is the teaching and learning of all children, in particular, those who have special educational needs (SEN), so that they look at the diversities in the classrooms as something transformative and not as difficulties, so that all these obstacles are solved and not underestimated. The main objective of this study is to analyze the curricular adaptation in the learning of children with physical disabilities. The type of research carried out in this work was a Literature Review, in which books, dissertations and selected scientific articles were consulted through a search in the following databases: SCIELO, Google Scholar, etc. The period of the researched articles were the works published in the last 15 years. Therefore, the proposals for curricular adaptations presented by the MEC, in the National Guidelines for Special Education, contemplate the promotion of development and learning of students with disabilities, based on the reference of the elaboration of the pedagogical project and the implementation of inclusive practices in the school system.

Keywords: Physical Disability. Curriculum. Learning.

¹ Enfermeira, coordenadora do Núcleo de Educação Permanente NEPS pela secretaria de Saúde no município de Açailândia-MA, professora em Interação e Saúde da Comunidade (IESC VI), professora em Componentes de Flexibilização Curricular em cuidados paliativos, e coordenadora de Eixo de IESC na Faculdade de Medicina- FAMEAC; Supervisão de Qualidade no Hospital Regional de Açailândia. Mestre em Educação para a Saúde.

² Professora do Município de Porto Franco Ensino Fundamental - Escola Marcolina Magalhães. Educadora Social CRAS Vila Lobão - Porto Franco. Mestre em Ciências da Educação.

INTRODUÇÃO

As propostas de adaptações curriculares apresentadas pelo MEC, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial contemplam a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências, se baseando na referência da elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar, contemplando os seguintes aspectos: 1. Atitude aderente da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino- aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; 2. Identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; 3. Adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículos; 4. Flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender à demanda diversificada dos alunos; 5. Possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

Desse modo, diante das diretrizes expostas, os critérios de adaptação curricular para o aluno com deficiência dizem respeito a o que os alunos devem aprender, de como e quando aprender, dos mais variados estilos de organização do ensino e de avaliação da aprendizagem com evidência na necessidade de fornecimento de recursos e apoio adequados.

O objetivo principal desse estudo consiste em analisar a adaptação curricular na aprendizagem das crianças com deficiência física.

6480

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

A inclusão favorece não só o aluno com necessidades educacionais especiais, mais, os demais alunos que passam a ter compreensão, e atitudes de respeito pelas diferenças. De acordo com o parágrafo 4^a do Decreto nº 3.298/99, considera-se pessoas portadoras de deficiência as que se enquadram na seguinte classificação:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 600; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação;

b) cuidado pessoal;

c) habilidades sociais;

d) utilização dos recursos da comunidade;

e) saúde e segurança;

f) habilidades acadêmicas;

g) lazer; e

h) trabalho;

V - deficiência múltipla – associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

Educação especial é um processo de ensino voltado para as pessoas deficientes e com altas habilidades, deficiência física, sensorial, motora, mental, super dotação entre outras que objetiva proporcionar a aquisição das competências e habilidades das mesmas, que ocorre em todos os níveis de ensino e principalmente em instituições especializadas, através de recursos educativos, que se destinam a sistematizar o ensino para essas pessoas. Mazzota (1996) conceitua Educação Especial como:

[...] a modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens (MAZZOTA, 1996, p.11).

6481

É uma modalidade de ensino desenvolvida para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. Na qual os profissionais como: fisioterapeuta, psicólogo, professores entre outros, trabalham com um ensino especializado nas instituições de ensino específicas para ajudar no desenvolvimento dos mesmos, implementando projetos e ações de acordo com suas necessidades educacionais. Como também as instituições que são voltadas somente para o ensino dos cegos, surdos entre outros.

Ao entrar em um ambiente devidamente preparado para receber cadeirantes, logo a procura está concentrada em encontrar uma rampa. Mas a inclusão de crianças com deficiências físicas e/ou limitações motoras está muito além disso, especialmente na escola. Segundo a cartilha do MEC (Ministério da Educação), o cadeirante não pode estar inserido em um mundo à parte para que desenvolva as habilidades motoras. "É preciso que a criança receba os benefícios tecnológicos e de reabilitação em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence", é o que está relatado no texto.

Assim, o movimento de incluir alunos com deficiência física na escola regular tem, cada vez mais, pedido que o sistema educacional se adeque a essa demanda sem perder de vista que a escola é o lugar em que todos, sem exceção, podem aprender.

Dessa forma, segundo Costa (2014, p. 25), a escola: ensina os estudantes a respeitarem os demais; ajuda na compreensão de que todos são diferentes, de que cada um tem as suas necessidades e de que isso deverá ser respeitado; colabora para que a instituição ofereça uma formação de qualidade; ajuda a preparar os alunos para

a vida adulta e para que se tornem transformadores na sociedade; garante o bem-estar físico e mental dos alunos e valoriza a diversidade.

A educação inclusiva, embora preconizada e amparada legalmente ainda professores e profissionais da educação resistem quanto a sua efetivação na escola regular, tendo em vista os desafios por ela impostos que muitas vezes ultrapassam a capacidade dos mesmos em lidar com a diversidade, trabalhar as limitações e aconchegar num mesmo espaço alunos sem deficiência e alunos deficientes e conciliar as metodologias a serem aplicadas de modo a atingir os objetivos propostos para cada conteúdo (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019, p. 90).

Diante disso, a resistência demonstrada é compreensível quando se analisa a formação e a preparação desses professores para trabalhar a inclusão. Importante também analisar a função do professor e o preparo desse, para trabalhar a inclusão, ao afirmar:

Na educação, o papel do professor vai além da transmissão de informações. O professor é a chave do processo pedagógico e modelo a ser espelhado em diversas situações pelos alunos. Nesta dimensão, o processo de inclusão necessita de professores especializados para todos os alunos. Portanto, eles terão de voltar a estudar, a pesquisar, a refletir sobre suas práticas e a buscar metodologias inovadoras de ensino para esse fim. (GÓMEZ, 1992, p.103-105).

Mas é necessário existir os cursos de formação de professores para que possam passar por uma reformulação para ajustar o que ensina ao futuro professor, ao que ele realmente tem que colocar em prática, isso porque, a maioria dos formadores nunca estiveram em sala de aula e desconhecem a realidade dessa prática, da e escola e do sistema educacional como um todo, de forma que as receitas que ditam muitas vezes são pouco aplicáveis em situações reais, isso pelo fato de que cada educando é único e com suas próprias particularidades, como também se diferem de um para o outro, as situações de aprendizagem.

Nesse sentido, Mazzotta (2003, p. 77), chama a atenção para a necessidade de não se fazer generalizações quanto às necessidades especiais dos alunos deficientes, pois segundo o autor, somente quando se tem contato com ele em sala de aula é que se é capaz de identificar o seu grau de necessidade educacional, como também saber se esse aluno precisa receber um acolhimento especial para que possa ter aprendizagem, ou se é capaz de acompanhar de forma normal o desenvolvimento das aulas.

O professor, diante dessas situações deve se desdobrar para que o aluno com necessidade especial possa ter acesso a algum conhecimento que venha despertar seu interesse e atrair sua atenção para que de certa forma se sinta incluído no contexto da sala que frequenta.

Seguindo esse raciocínio, Carvalho (1997, p. 15) ressalta que, a restauração na estrutura física das escolas para que livremente o aluno com necessidades especiais nela possa circular não significa, que nela ele possa está incluído, pois muitas vezes, embora ocupe o mesmo espaço físico que os outros, não chega a participar das atividades escolares, muito menos a assimilar nenhum conteúdo ou nada adicionar em termo de aprendizagem.

Sendo assim, de suma importância estabelecer algumas adaptações que possam de tal modo, melhorar de forma simplificada, prática e abrangente as diversas situações, dificuldades e necessidades especiais que se

passam no âmbito escolar, ao mesmo tempo em que os alunos com deficiência, já estão presentes na escola, então é dever de cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que o espaço escolar, seja um ambiente rico e eficaz da aprendizagem.

Para incluir um aluno com deficiência física na escola é necessário que a escola apresente adaptações coerentes com a necessidade do aluno como: portas largas, rampas de acesso, cadeira adaptada (deitar), mesa acoplada na cadeira de rodas, entre outros. Sendo assim, Costa (2014, p. 28) determina que:

1. O aluno deve ficar sempre na frente e no meio da sala, pois isto facilita a sua atenção e integração na turma.
2. O aluno deve ser tratado com naturalidade e sua participação nas atividades em grupo deve ser sempre estimulada.
3. Poderá ser necessário que o aluno tenha um tempo maior que os outros para realizar as atividades, quando a sua dificuldade motora for também no membro superior. Lembre-se que ele tem esse direito.
4. Alguns podem utilizar-se de adaptações para escrita, máquinas de escrever ou até mesmo computadores para escrever.
5. Para as atividades extra-classe é importante avaliar previamente a acessibilidade do local para garantir que o aluno possa ir, sem maiores transtornos ou constrangimentos.
6. Quando o aluno tiver uma dificuldade cognitiva associada à limitação motora poderá ser necessária alguma adaptação curricular.
7. O aluno pode necessitar de algum auxílio ao entrar e sair da sala; ofereça ajuda, se puder e desejar.
8. A sala de aula deve ser organizada de forma a que o aluno cadeirante possa circular sem dificuldades.

6483

Neste sentido, adaptar um currículo para alguns estudiosos pode significar adotar uma forma de reorganizar conteúdos e metodologias a serem vivenciados com aprendentes que apresentam alguma deficiência, tendo como objetivo não predeterminar se o sujeito tem ou não condições de aprender (COSTA, 2009, p. 13).

As práticas pedagógicas utilizadas pelo professor na promoção das crianças com deficiência física são bem variadas, porém, deve-se apontar inicialmente o PEI (Plano Educacional Individualizado) como importante ferramenta, pois consiste em um conjunto de estratégias educativas construídas de maneira a atender às necessidades dos estudantes portadores de deficiência física e intelectual (COSTA, 2014, p. 26).

Assim, fazendo uso não somente para estudantes portadores de deficiência, mas também para aqueles que têm algum transtorno de aprendizagem, como dislexia e TDAH (Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade), o PEI é uma ferramenta de suma importância para as estratégias pedagógicas, já que orienta os professores sobre como lidar com alunos que tenham necessidades educacionais diferenciadas, valorizando a individualidade de cada um.

Sendo assim, a seguir, são apontadas 4 estratégias pedagógicas que podem auxiliar a escola a vencer os desafios da inclusão escolar de alunos portadores de deficiência.

Tabela 1 - Estratégias pedagógicas

Estratégia	Finalidade
Conhecer as necessidades de cada aluno	É importante a integração de uma equipe multidisciplinar para o acompanhamento e diagnóstico de cada aluno portador de deficiência. Essa é a principal forma de a escola conhecer as necessidades individuais e proporcionar um trabalho efetivo que complemente (ou suplemente) um ambiente especializado no atendimento.
Promover campanhas de inclusão escolar	As campanhas de inclusão são essenciais para a erradicação do preconceito e o estímulo à integração mútua. Ciclos de debates, palestras e visitas a instituições assistenciais são algumas das formas de os estudantes compreenderem a realidade dos portadores de deficiência e se sentirem receptivos às novas amizades.
Realizar avaliações individuais	Cada tipo de deficiência ou transtorno de aprendizagem acarreta um ritmo muito particular de aprendizado. Com isso, os instrumentos de avaliação precisam ser adaptados a essas necessidades e aplicados de maneira a buscar o melhor desempenho desses alunos.
Investimento em tecnologia	Salas de aula com recursos multifuncionais, lousa interativa, aplicativos, netbooks, tablets. Na era digital atual, são inúmeros os recursos que podem contribuir para as estratégias pedagógicas de inclusão escolar. Quanto maior for o número de recursos e a familiaridade dos alunos e professores com eles, melhores serão os resultados de aprendizagem.

6484

Fonte: Neves; Rahme; Ferreira (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor exerce uma função essencial na evolução desses alunos, apesar de saber que não é uma tarefa fácil de ser alcançada, respeitando os saberes individuais e buscando novas práticas para alcançar um

ensino de qualidade para esses alunos, no qual vários fatores podem contribuir para o seu sucesso ou fracasso, tendo um foco, ela pode ser alcançada de maneira satisfatória.

Entretanto os alunos com deficiência física estão nas salas de aula, por isso os educadores devem ter um olhar mais humano para esses alunos, encarar esse desafio de frente para proporcionar mudanças significativas na vida escolar dessas crianças, afinal inclusão não é somente integrar o aluno com deficiência na escola, vai muito além.

Portanto, as propostas de adaptações curriculares apresentadas pelo MEC, nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial contemplam a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos que apresentam deficiências, se baseando na referência da elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 30/08/2023.

CARVALHO, Rosita E. Integração e inclusão: do que estamos falando?. In: Salto para o futuro: tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. (org). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.